

RACIONALIDADE PRÁTICA E AUTORIDADE DA PRIMEIRA PESSOA

António Marques

UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

Isto é certo: ele pode predizer movimentos do seu corpo que eu não posso. E se predigo as suas acções, faço-o de uma diferente maneira.

Wittgenstein, Últimos escritos sobre filosofia da psicologia, vol.1, 232.

1. A autoridade da primeira pessoa implica uma assimetria radical relativamente ao ponto de vista da terceira

Proponho-me esclarecer o significado do que é vulgarmente designado como “autoridade da 1ª pessoa”, assumindo por isso que essa autoridade de algum modo existe. Sugiro que se entenda o seu significado como *prático* e não epistemológico ou simplesmente instrumental, significando aqui por “prático” a capacidade de iniciar uma ação por parte do sujeito que se vê a si próprio como agente. Por razões de estratégia argumentativa, apresentarei duas posições diferentes e relevantes neste domínio, ambas defensoras do papel particular da 1ª pessoa, a de Donald Davidson e a de Tyler Burge. De facto o privilégio, ou pelo menos a assimetria, entre 1ª e 3ª pessoas, é assumido por diversos autores contra o empirismo clássico que à maneira de Hume não separava o “eu” do fluxo das impressões ou contra um radicalismo anti-cartesiano à Lichtenberg, cuja célebre proposta de se substituir “penso” por “há pensamento”, assim como dizemos “há luz” ou “troveja”, influenciou muitos filósofos. Pelo menos é um antecedente de filosofias radicalmente anti-cartesianas que se opuseram ao acesso privilegiado ao “eu”

mediante qualquer método introspectivo, como é o caso paradigmático de Gilbert Ryle no seu *The Concept of Mind*. Nos termos do próprio Ryle, “a superioridade do conhecimento do falante, relativamente àquilo que ele faz, sobre o conhecimento daquele que ouve, não indica que ele tenha acesso privilegiado a factos de um tipo inevitavelmente inacessíveis ao ouvinte, mas apenas que se encontra numa posição muito boa para saber aquilo que muitas vezes o ouvinte está em piores condições para saber” (G. Ryle, 1949, 179). A diferença entre os pontos de vista seria então de grau e não de tipo, mas qualquer assimetria estrutural entre eles é recusada. Que exista um âmbito de experiências ou vivências privadas descritíveis numa linguagem privada foi igualmente refutado por Wittgenstein num conjunto de secções das *Investigações Filosóficas (IF)*, vulgarmente conhecido como o argumento da linguagem privada¹. O corolário quanto ao estatuto do “eu” é que este termo não designa uma pessoa, assim como “aqui” não designa um lugar, ainda que ajudem a esclarecer os nomes das pessoas ou dos lugares (cf. *IF*, 410).

Porém a peculiaridade da 1ª pessoa, quer num plano cognitivo, quer prático, continua a ser reivindicada por muitos filósofos que nada têm a ver com um cartesianismo identificado (talvez exageradamente) com uma epistemologia de objectos privados. Mas a verdade é que o cepticismo com que se olhou a introspecção e a natureza peculiar da 1ª pessoa já conheceu melhores dias. Tal é verificável nas seguintes palavras do filósofo Fred Dretske: “Que tenhamos conhecimento introspectivo é óbvio. Os filósofos podem discordar acerca do modo de acesso aos nossos próprios pensamentos e sentimentos e se a autoridade que desfrutamos é infalível ou algo menos do que isso, mas grande parte está disposta a conceder que existe uma diferença dramática entre o modo como o outro conhece aquilo que eu sinto e como eu o conheço. O problema é explicar como chegamos a tal conhecimento e o que nos dá esta autoridade da primeira pessoa”

(1) Designa-se comumente por “argumento da linguagem privada” a investigação entre o mental e o comportamento nas *IF*, §§ 243-315, na qual se refuta a existência de experiências e de uma linguagem privada, essencialmente não comunicáveis.

(Dretske, 1997, 39-40). Este comentário de Dretske, antes de atacar o problema da introspecção, não deixa dúvidas sobre o pressuposto da peculiaridade da 1ª pessoa e pressiona-nos a tentar esclarecer essa “diferença dramática” entre a perspectiva da 1ª pessoa e a da 3ª. Mais recentemente ainda John Searle reivindica a consideração do ponto de vista da 1ª pessoa como suposto de uma teoria da racionalidade prática: “O ponto de vista da primeira pessoa é essencial para a compreensão da razão prática de uma forma que não é essencial para a compreensão da razão teórica porque as ações são sempre executadas por agentes e dado o objectivo de um agente se comportar racionalmente na execução de um acto uma razão tem de ser uma razão *para ele*” (J. Searle, 2001, 204).

O mesmo pressuposto e a mesma dramática **assimetria** entre pessoas encontramos em Donald Davidson, que começa assim um texto sobre a autoridade da primeira pessoa com esse mesmo título: “Quando um falante faz saber que possui uma crença, desejo ou intenção, existe uma presunção que manter não se engana, uma presunção que não se associa às suas atribuições a outros de estados mentais semelhantes. Por que razão deve haver esta assimetria entre atribuições de atitudes aos nossos presentes eus (*selves*) e atribuições das mesmas atitudes a outros eus? No que consiste a autoridade acordada a esta espécie de enunciados da primeira pessoa do presente indicativo, negada aos enunciados da segunda ou terceira pessoas?” (D. Davidson, 2001, 3). As interrogações de Davidson sobre a natureza dessa autoridade e da correspondente assimetria sugerem, tal como no caso de Dretske, que estamos perante conceitos chave da filosofia da mente e da linguagem. Davidson sublinha o ponto que a autoridade da primeira pessoa deve reflectir-se na linguagem e na epistemologia, isto é, se podemos falar com autoridade especial, o estatuto do conhecimento de si deve de algum modo estar de acordo com essa autoridade no falar. Por outro lado, se enunciados de conhecimentos da primeira pessoa são principalmente diferentes, teremos de inquirir essa diferença intuitiva, mas enigmática. “Eu assumo por isso que se a autoridade da 1ª pessoa na linguagem pode ser explicada, teremos feito muito, se não é que fizemos tudo, para caracterizar e dar conta dos factos epistemológicos” (ibidem). E a propósito de Gilbert Ryle, que negava a assimetria, Davidson obser-

va que já que “é óbvio que assimetria existe, acredito que é um erro argumentar a partir da ausência de um modo especial de um conhecimento ou de um modo ou espécie particular de conhecimento para a ausência de especial autoridade; em vez disso dever-se-á procurar uma outra fonte de assimetria” (Davidson, 2001).

Numa linha de argumentação diferente, mas visando ainda o carácter irreductível da 1ª pessoa, encontra-se Tyler Burge. Retomando a filosofia de Kant, Burge procura a centralidade da 1ª pessoa em alternativa ao empirismo de matriz humeana e à opção cartesiana tradicional: o eu (*self*) não é redutível à série das impressões, mas também não é algo de que possamos ter conhecimento antes ou separadamente das impressões. A terceira via proposta pelo autor defende o privilégio da 1ª pessoa como condição das próprias noções de pensamento, estado mental ou conhecimento. “Pensar requer um agente que pensa. Para *pessoas* que pensam, o conceito da primeira pessoa torna possível a referência a si mesmos a partir da mais básica perspectiva para o seu pensamento” (T. Burge, 1998, 247). Burge está interessado no projecto clássico que consiste em determinar o que serão as condições gerais *a priori* de uma imagem racional do mundo e dos agentes humanos. Esta imagem não poderá, a seu ver, ser construída como se existisse uma simetria tal entre as 1ª e 3ª pessoas que anulasse aquilo que justamente identifica o raciocinar humano, ou seja a sua “força motivadora” que conduz à implementação e à formação de comportamentos. “Compreender completamente o conceito de razão também requer o comprometimento em raciocinar e na compreensão de características básicas de tal raciocínio” (Burge, 1998, 257). Ora, essa força não existiria sem a primeira pessoa. Penso que Burge toca aqui num ponto indubitável, ainda que de difícil esclarecimento. Talvez não baste lembrar que “a prática da razão, não apenas a forma e o conteúdo de razões, é inseparável da natureza da razão” (Burge, 1998, 257). É a 1ª pessoa que confere então força suficiente à implementação das razões ou, nas palavras de Burge, sem a 1ª pessoa, o agente “não poderia conceptualizar casos nos quais razões tenham uma relevância racional imediata para a implementação de razões nos actos ou atitudes que elas (razões) sustentam” (Burge, 1998, 262). A 1ª pessoa aparece nesta argumentação como uma fonte ra-

cional *a priori* de compreensão de atitudes proposicionais e de implementação de acções (função teórica e prática).

O problema é que não se torna claro o estatuto *a priori* da 1ª pessoa, isto é, o seu papel necessário, para aquilo a que Burge chama “implementação de razões nos actos ou atitudes que elas sustentam”, já que é fácil apresentar exemplos de comportamentos, atitudes mais ou menos duradouros implementados pela compreensão de conteúdos de um ponto de vista objectivo da terceira pessoa. Se eu disser que “um avião se despenhou no mar e por isso todos os passageiros morreram”, nada indica que eu próprio tenha uma compreensão melhor ou tipicamente diferente do conteúdo dessa frase do que a compreensão que tem outra pessoa que ouça essa mesma frase. As atitudes, convicções ou comportamentos mais ou menos duradouros, decorrentes dessa compreensão, podem também, por outro lado, ser muito semelhantes, etc.

Burge insiste no ponto que a minha compreensão do conteúdo da proposição por mim proferida é diferente na medida em que, desde logo, me reconheço como agente de raciocínio. No entanto, uma coisa é a compreensão de conteúdos, de significados de frases, outra é a avaliação do conceito de “eu” como possuindo funções transcendentais; uma coisa é a compreensão da frase “Um avião despenhou-se no mar e por isso todos os passageiros morreram”, outra coisa é a demonstração que o conceito de um “eu” é necessário para a compreensão dessa expressão, quer ela seja proferida na perspectiva da 1ª ou da 3ª pessoas. Burge quer retomar integralmente a apercepção transcendental de Kant, mas, para este, o conceito (ou representação) desse “eu” não equivale à 1ª pessoa. Diremos que se trata aqui de um “eu” impessoal sem autoridade especial, ou melhor, relativamente ao qual não se atribui qualquer grau de infalibilidade no que respeita ao significado das suas próprias palavras. De facto, não implica da parte de quem fala na 1ª pessoa qualquer privilégio relativamente àquele que ouve. Na interlocução, o “eu” kantiano não desequilibra os pontos de vista a favor da 1ª pessoa e não induz uma mais racional compreensão da parte desta, nem implementa necessariamente atitudes típicas daquele que fala por contraste com atitudes típicas daquele que ouve. O “eu” da apercepção transcendental kantiano

é completamente neutro relativamente a quaisquer estados mentais de convicção, crença, intenção, temor ou prazer correspondentes a outras tantas atitudes proposicionais. Ele é antes, tal como Kant o apresenta na primeira Crítica, uma das condições (na verdade, nos seus próprios termos, a mais elevada²) para que o fluxo das representações seja sintetizado como *minhas* representações. Por isso a sua função é dupla, por um lado reúne o fluxo das representações na figura de um proprietário e simultaneamente dá objectividade a esse fluxo. Este é fulcro da argumentação kantiana. Este esclarecimento do estatuto e funções do “eu” kantiano tem interesse para a nossa discussão porque mostra como dele não decorrem conseqüências ao nível da racionalidade prática. A espontaneidade desse “eu” tem valor cognitivo mas não prático, isto é, no que respeita às acções de um agente. O começo de uma consideração adequada da importância da 1ª pessoa tem evidentemente que ver com a questão da sua autoridade. Numa linha de argumentação que remonta ao Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* tentarei mostrar como a determinação do que seja a autoridade da 1ª pessoa tem a sua gênese no uso expressivo da linguagem (por oposição a um uso descritivo da mesma) e que essa autoridade tem uma natureza eminentemente prática (no sentido já atrás referido do termo “prático”) no caso de jogos de linguagem de raiz volitiva. Mais à frente retomo esta argumentação, mas por agora verifiquemos de que forma Davidson valoriza a assimetria dos pontos de vista da 1ª e da 3ª pessoas.

2. A assimetria entre primeira e terceira pessoas como pressuposto da interpretação em Davidson

Uma possibilidade, à primeira vista irrefutável, de considerar a assimetria corresponde ao seguinte pressuposto vulgarmente aceite: é de supor que necessariamente conheço o que significo, enquanto o mesmo não se passa com outra pessoa, a qual não conhece como eu o que exprimi na minha declaração. Davidson

nota que essa descrição da assimetria é adequada só à primeira vista porque haverá que esclarecer o pressuposto que o falante nunca se engana acerca do significado das suas palavras. Se a assimetria for defendida nessa base, então depressa se desfaz, porque basta pensar-se como por vezes nos enganamos sobre o significado das palavras que usamos. Se isto acontece, se por vezes somos corrigidos por outra pessoa, que nos faz notar que o que queríamos dizer é afinal outra coisa diferente daquilo que dissemos, então é porque não somos infalíveis ou incorrigíveis acerca do significado do que dizemos. A assimetria entre falante e intérprete não pode consistir no tipo de conhecimento do significado daquilo que é proferido pelo falante e dir-se-á então que aí existe mesmo simetria quanto à possibilidade de erro. De facto ambos são falíveis e por isso a assimetria, a existir, não é então, por assim dizer, epistemológica ou semântica, mas de outra ordem, e Davidson insiste nela precisamente porque a vê como um pressuposto do processo interpretativo. Os filósofos que desfazem a assimetria e esvaziam a autoridade da 1ª pessoa apontam para o facto de um falante não ser infalível ou incorrigível sobre o significado do seu discurso, mas um outro facto subsiste que é a forma como o falante conhece os seus próprios estados mentais de crença, intenção, desejo, etc., enquanto fala e o modo como o intérprete os conhece. “Porque nós usualmente conhecemos o que conhecemos (e desejamos e duvidamos e tencionamos) sem necessitar de usar a evidência (mesmo quando o podemos fazer), as nossas expressões (*avowals*) respeitantes aos nossos presentes estados da mente não estão sujeitos às falhas de conclusões baseadas na evidência. Então as elocuições sinceras da primeira pessoa no presente do indicativo, ainda que nem infalíveis, nem incorrigíveis, possuem uma autoridade” (Davidson, 2001, 19). Assim Davidson faz uma clara distinção entre conhecimentos que estão sujeitos a falhas nas conclusões baseadas na inferência e “elocuições sinceras da primeira pessoa”, apesar de considerar que estas também não são “nem infalíveis, nem incorrigíveis”. Como se poderá então qualificar a sua autoridade?

Não é então de *conhecimento* que se trata quando nos referimos à especial autoridade, mas pelos vistos de “elocuições sinceras” que não são infalíveis nem incorrigíveis no que respeita ao conhecimento por parte do falante do significado

das suas próprias palavras. Quando digo que “estou convencido que este bolo é suculento” e alguém me sugere que devo querer dizer que é “saboroso”, percebo que errei acerca do significado da palavra com que ajuizei o bolo. Mas poderá haver erro acerca do facto de eu acreditar numa determinada característica do bolo, a qual, no entanto, traduzi lingüisticamente mal? Davidson dirá que essa crença detém uma especial autoridade, provavelmente porque ela própria não é um objecto acerca do qual me possa ainda enganar porque atitudes como crenças, desejos, intenções, não são “objectos *psicológicos*, objectos a ser captados (*grasped*), conhecidos ou imaginados (*entertained*) pela pessoa cujas atitudes são descritas” (Davidson, 2001, 36). Tais atitudes são evidentemente relacionais e são necessárias na interlocução, de forma a que o que ouve seja um intérprete, mas não podem ser vistas como entidades que povoam a mente daquele que fala, como defenderá o cartesiano. Se assim é, a assimetria não pode consistir no facto de eu *conhecer* de uma forma que o interlocutor *não conhece* os meus estados mentais *qua* coisas no meu interior. Uma prova é que a minha referência às minhas atitudes está igualmente sujeita a engano, a falibilidade semântica não se aplica só a coisas externas, mas também a atitudes, já que me posso enganar acerca da minha atitude. Posso efectivamente afirmar que não receio enfrentar uma determinada situação, mas um bom intérprete pode perfeitamente explicar-me que não estou mais do que a praticar a denegação freudiana e na verdade estar cheio de medo.

Na maior parte dos casos, o intérprete analista fará facilmente reconhecer ao agente a sua própria denegação e, num menor número de situações, o processo de análise será mais complicado. No entanto, ambos os casos, tanto os de falibilidade semântica, quando me engano relativamente ao significado daquilo que digo sobre coisas externas, como de auto-engano, quando exprimo uma atitude que não é a real atitude, não colocam em risco, aos olhos de Davidson, a assimetria de que nos ocupamos. Ela existe e é um pressuposto da interpretação necessária em toda a interlocução. Qual então a melhor maneira de a descrever? Davidson nota que “um intérprete das palavras e dos pensamentos do outro deve depender de informação dispersa, aprendizagem fortuita e suposições imaginativas, no processo de compreensão desse outro. O próprio agente, contudo, não se

encontra na posição de se admirar se geralmente está a usar as suas próprias palavras para as aplicar aos objectos e acontecimentos certos, dado que sempre que regularmente ele aplica as suas palavras, dá-lhes o significado que têm e aos seus pensamentos os conteúdos que também têm. Claro que, em certos casos, pode estar errado acerca do que acredita sobre o mundo; o que é impossível é que esteja errado a maior parte do tempo. A razão é óbvia: a não ser que haja uma presunção que o falante saiba aquilo que significa, i. é está a usar correctamente a sua própria língua, nada haveria para um intérprete interpretar” (Davidson, 2001, 37-8). Verifica-se que nesta sua defesa da 1ª pessoa, Davidson torna claro que a autoridade em questão é um pressuposto para que haja intérprete e agente ou falante. Mas um pressuposto não é uma certificação assegurada. Um professor de música de uma escola infantil deve pressupor que, em princípio, todas as crianças são musicalmente dotadas, mas nada lhe assegura que algum tempo de ensino lhe demonstre que estava enganado, pelo menos em relação a esta ou àquela criança. Claro que frequentemente os pressupostos podem ter uma função instrumental e nesse caso o professor deveria, até por questões pedagógicas, pressupor uma igualdade de aptidões de todas as crianças. Em geral é isso que acontece e o professor igualitário optimista só existiria por ilusão ideológica. *Mas no caso do processo de interlocução, tal como é apresentado por Davidson, parece que o pressuposto de uma autoridade da 1ª pessoa e de uma assimetria relativamente à terceira é mais do que instrumental.* Ele sublinha que, a maior parte das vezes, ou quase sempre, o falante sabe de uma forma que o outro não sabe, o significado das palavras que profere, isto é, não se admira ou põe em causa o seu significado, quer dizer, está convicto no momento em que as profere que o significado é aquele e apenas será eventualmente acordado para uma outra realidade semântica quando o intérprete começar a corrigi-lo. Mais concretamente, a pressuposição de Davidson é que se a maior parte das vezes o falante sabe aquilo que significa, então a existência de alguns casos excepcionais não arruína a sua autoridade.

A questão que surge é se casos, ainda que esporádicos, de falibilidade ou corrigibilidade não colocam em causa uma assimetria que se pretende estrutural. Nessas situações lembremo-nos que aquele que afirma saber que o bolo é sucu-

lento é corrigido pelo intérprete que o convence a substituir “suculento” por “saboroso”, instituindo-se nessa altura uma situação perfeitamente simétrica: deixa de ter sentido dizer nesse caso que o agente sabe o que diz de um modo diferente do outro. (Aliás uma autoridade, capacidade ou privilégio em geral não tem que assentar apenas na maior frequência de casos em que o agente as exercita, mas pode assentar igualmente no seu exercício em situações excepcionais: os recordistas de marcas desportivas detêm uma autoridade excepcional quanto à performance de certas marcas que só conseguem em situações de excepção, ou seja quando batem recordes).

Quando falamos da autoridade da primeira pessoa, não nos referimos a uma autoridade reconhecida a maior parte das vezes, ou mesmo a esmagadora maioria das vezes, mas a uma autoridade sempre certificada, algo que seja verdadeiramente *a priori* e sobre o que não possa haver qualquer tipo de engano. Uma forma de, por assim dizer, apriorisar a assimetria, tornando-a verdadeiramente estrutural, seria colocar o falante a afirmar depois de corrigido pelo interlocutor: “engano-me acerca do significado de ‘suculento’, mas não me enganei acerca do significado que quis dar a ‘suculento’, isto é, usei suculento como a maior parte das pessoas ou a minha comunidade usa a palavra *saboroso* e era isso que eu queria dizer”. Essa intencionalidade irreduzível (“elocuções sinceras da primeira pessoa”) parece ser o que finalmente corresponde a uma especial autoridade. Este parece ser o fulcro do argumento de Davidson. Neste caso, quando o falante presta este esclarecimento em defesa da sua autoridade, terá que explicitar ainda que, com “suculento”, pretendeu referir-se a certas características do bolo que agora sabe caírem sob a designação de “saboroso”. Mas o problema é que nada nos diz que ele continue a estar errado acerca do significado das palavras com que refere agora características de algo reconhecido pela comunidade lingüística como sendo saboroso. Nada nos diz que agora ele não entenda por saboroso um bolo com muito açúcar, confundindo assim saboroso com açucarado e que, apesar disso, o seu comportamento não revele durante muito tempo este seu novo erro à comunidade de que faz parte. Isto é, a correcção do primeiro erro mostra a possibilidade de uma falibilidade ao infinito, ainda que saibamos que, na prática, se acabe, mais cedo ou mais tarde, por se gerar

um acordo aferível por comportamentos lingüísticos e outros adequados. A falibilidade semântica aqui referida nesta possibilidade de um *regressus* ao infinito revela antes a vertigem de uma inspecção aos confins da subjectividade do outro que pretenda eliminar qualquer resquício de erro possível. A relevância que aqui damos ao conceito de falibilidade semântica não tem a função de provar um cepticismo sobre a possibilidade de comunicar. É importante, sim, mencioná-la porque desmente uma assimetria irreduzível entre as perspectivas dos interlocutores, facto imprescindível para se reivindicar uma autêntica autoridade da 1ª pessoa.

De qualquer forma, não interessa ao intérprete saber quais as representações suscitadas na mente do agente, mas sim que este acomode o seu comportamento ao dos seus interlocutores. Diríamos então que a assimetria de que fala Davidson não assenta propriamente na autoridade da 1ª pessoa porque a suposta transparência do significado das palavras do falante para si próprio está naturalmente sujeita à falibilidade semântica em todos os momentos da sua explicitação. Davidson, ao contrário, sugere que a posição particular do falante é a de quem não pode melhorar a afirmação nossa conhecida, “este bolo é succulento”, pois que apenas pode repetir a frase descitada: “é verdade que este bolo é succulento” se este bolo for succulento.

As defesas de Tyler Burge e Davidson da autoridade da 1ª pessoa são diferentes, mas têm em comum, a nosso ver, o facto de não dirigirem essa defesa para a prova da existência de sujeitos como *origem* de acções, por sua vez base do conceito de uma racionalidade prática. Burge pretende recuperar o eu kantiano, mas este não produz qualquer conhecimento particular que esteja vedado por natureza ao outro. O eu transcendental não é uma experiência privada, exteriorizável em qualquer expressão lingüística ou outra. Por outro lado, Davidson, embora ligando a defesa dessa autoridade à existência de assimetria, vê esta mais como um pressuposto do processo interpretativo. A verdade é que ela deve chegar a um termo, acabando por instituir uma simetria, manifesta no acordo dos comportamentos dos interlocutores. Interessados que estamos numa *assimetria perfeita e incorrigível*, a filosofia de Davidson não nos ofereceu um modelo que possamos utilizar para o que nos propomos.

3. Assimetria das expressões volitivas como critério da autoridade da primeira pessoa

Sugiro, pois, que se explore num outro sentido o conceito de autoridade que aqui nos ocupa, a qual passe pela descrição de uma *assimetria perfeita*, a priori, das perspectivas das pessoas, com o objectivo já enunciado da prova de sujeitos *qua* agentes. A filosofia da psicologia do Wittgenstein das *Investigações Filosóficas* até aos seus últimos textos apresenta-nos, segundo me parece, materiais suficientes para construir um modelo de assimetria perfeita com as conseqüências que desejamos. Esse material encontramos-lo desde logo no que podemos chamar o *uso expressivo da linguagem* e desde logo na forma do presente do indicativo dos verbos psicológicos. As formas expressivas detêm uma prioridade cronológica na aprendizagem lingüística: primeiro a criança aprende a exprimir a dor e só depois a descrevê-la. A partir daí é possível diferenciar duas principais formas de uso da linguagem, um *expressivo* e outro *descritivo*. Wittgenstein transmite impressivamente essa diferença quando nota que “a minha relação com as minhas próprias palavras é totalmente diferente da das outras pessoas” e que “se eu ouvisse o falar da minha boca, podia dizer que um outro falava pela minha boca” (*IF*, II, x, 192). A expressão não é reflexiva e, por isso se, colocando-me da perspectiva da 3ª pessoa, é possível dizer que “acreditei falsamente”, descrevendo assim a minha atitude passada, já não será possível na primeira pessoa do indicativo presente afirmar que “acredito falsamente”, o que aliás Wittgenstein traduz da seguinte forma: “se existisse um verbo com o significado ‘acreditar falsamente’ então não possuiria qualquer primeira pessoa no indicativo presente com sentido” (*IF*, II, x, 190).

A expressão lingüística *exterioriza* uma vivência, não a descreve, e é neste registo que é possível afirmar que “eu posso saber o que é que uma outra pessoa pensa, não aquilo que eu penso. É correcto dizer que ‘eu sei o que pensas’, é falso dizer ‘eu sei o que penso’ (Toda uma nuvem de filosofia está condensada numa pequenina gota de gramática)” (*IF*, II, xi, 222). Nem todas as formas expressivas têm o mesmo interesse para a constituição de assimetrias perfeitas e a correspondente exploração da autoridade da 1ª pessoa, mas apenas as formas expressivas de raiz volitiva, introduzidas por verbo da área volitiva.

O que a este propósito sugerimos é que a chamada autoridade da 1ª pessoa deve esclarecer-se, não com recurso a uma introspecção que pretensamente descreva essências ou tipos de estados mentais ou de experiências internas, mas através de uma reflexão sobre as expressões linguísticas de raiz volitiva (outros preferem aí sublinhar a característica da intencionalidade) na perspectiva da 1ª pessoa. Para tanto propomos que se considerem **(a)** expressões preditivas de actos voluntários e as contrastemos com as correspondentes **(b)** descrições preditivas do ponto de vista da 3ª pessoa, como por exemplo:

- (a):** “Vou levantar o braço às 5h da tarde” (expressão preditiva na 1ª pessoa do indicativo) e
- (b):** “Ele vai levantar o braço às 5h da tarde” (descrição preditiva na 3ª pessoa).

Reparemos que em **(a)** exprimo a intenção ou vontade de realizar um acto voluntário futuro e por isso a predição é totalmente expressiva (não descritiva). Não estou simplesmente a predizer o erguer do braço, como posso predizer que vou estar com fome ou me vou constipar. O próprio facto de agora (t1) exprimir a intenção ou vontade de logo, num momento posterior (t2), erguer o braço parece introduzir uma *relação de causalidade* entre t1 e t2. É essa, pois, à primeira vista, a característica mais notória das expressões preditivas de raiz volitiva: a relação de determinação entre t1 e t2, correspondendo t1 ao momento em que a expressão ocorre e t2 ao momento em que o acto anunciado se realiza. Por outras palavras, t2 não parece possível sem t1: o erguer do meu braço num certo momento não parece ser separável da anterior expressão da minha vontade ou intenção relativamente à ocorrência anunciada.

Mas, se reflectirmos um pouco na expressão **(a)**, aquilo que se anuncia em t1 é a realização de um *acto de vontade* em t2: anuncio que vou erguer o braço e não simplesmente que o meu braço se vai erguer, situação esta que poderia perfeita-

mente ocorrer pela estimulação de uma corrente eléctrica que um instrumento para tal programado (p. ex. no laboratório de Psicologia) induzirá no meu braço. A verdade é que no período, mais ou menos extenso, que decorre entre t_1 e t_2 *eu posso interromper* em qualquer momento a atitude que, a manter-se, ocorrerá em t_2 . Por isso é errado dizer simplesmente que em **(a)** o momento da expressão preditiva é causa de eu erguer o meu braço. O que será correcto é afirmar que *aquilo que confere especial autoridade a quem realiza uma predição como (a) é o facto de apenas dele depender a possibilidade de ocorrência do acontecimento predito durante todo o tempo que decorre entre t_1 e t_2* . Esta é uma marca irrefutável de autoridade da 1ª pessoa.

Assimetricamente, **(b)** é uma predição descritiva do ponto de vista da 3ª pessoa que desde logo se caracteriza pelo facto da anterioridade de t_1 não ser causal em relação a t_2 . Pode questionar-se que tipo de conhecimento é essa predição, isto é, como é que alguém sabe que outro vai erguer o braço, mas é claro que não é pelo facto da predição (na 3ª pessoa) ocorrer que aquilo que é anunciado pode vir a ter lugar. Enquanto qualquer expressão volitiva preditiva ocorre necessariamente antes do evento (o levantar do braço) anunciado, a predição na 3ª pessoa ocorrerá obviamente antes do evento, mas este pode ter lugar sem ela, predição. Repare-se ainda que em **(b)** aquilo que se anuncia é um acto de vontade atribuído a outra pessoa, mas poderia igualmente ser um acontecimento físico qualquer.

Se considerarmos agora uma predição do tipo

(c) “Vou ter fome às 5h da tarde” (descrição preditiva na 1ª pessoa)

é nítido que ela não se distingue especialmente de **(b)**. Não é pelo facto de prever a minha fome que me sentirei com fome (não estamos evidentemente a considerar a intervenção de qualquer factor de ordem psicológica). Nem o facto de eu estar a anunciar a *minha* fome introduz na predição características próximas de **(a)**. Será no entanto que o facto de anunciar a minha fome não traduz um qualquer privilégio, ao menos epistemológico por parte do sujeito enunciador e por esse lado, uma diferença fundamental acaba por se revelar entre **(a)** e **(c)**? A resposta

deverá ser negativa, na medida em que em (c) o acontecimento que acerca de mim predigo (o sentimento de fome) só pode basear-se no conhecimento de uma regularidade de ocorrências passadas, p. ex. o facto de ter sentido regularmente fome após x horas sem comer, etc. O que aí realizo é uma inferência: vou estar x horas sem comer, logo sentirei fome às 5h da tarde. Mas esse conhecimento não é forçosamente vedado a qualquer outro que tenha interesse em saber quantas horas posso “resistir” sem ingerir qualquer alimento. Por outro lado, trata-se de eventos (as horas em jejum, o sentimento de fome) que não dependem de mim, ainda que seja em mim que fisiologicamente ocorrem. Temos assim que (c) é uma predição na 1ª pessoa sobre si mesma, mas que é muito mais próxima de (b) do que de (a), isto é, mais próxima da predição descrita na 3ª pessoa do que na predição expressa na 1ª. A razão é que (c) *não é* uma expressão de raiz volitiva e a relação entre os seus dois fundamentais momentos (t1, t2) é por isso de natureza muito diferente de (a), a qual envolve a *vontade*. É por isso que se pode falar de uma *assimetria completa* entre (a) e conjuntamente (b) e (c) ou, noutros termos, uma *assimetria completa* entre expressões preditivas e descrições preditivas, quer estas sejam da 3ª como da 1ª pessoa.

A partir daqui cabe voltar à questão que nos motivou o aprofundamento das assimetrias da predição. O seu estudo revela-nos uma assimetria perfeita, entre expressões preditivas de raiz volitiva e predições descritivas. Nas primeiras aquilo que desde logo mais impressiona não será precisamente a ligação *intrínseca* e *não extrínseca* entre t1 e t2, entre a própria expressão da predição e a ocorrência predita? De facto assim é³. E é nesse sentido que a expressão volitiva estabelece os limites do nosso conhecimento dessa raiz volitiva que sustenta não apenas

(3) No caso das formas expressivas, Wittgenstein é muito claro, pelo menos desde o início da década de 30, que a conexão de (p) com o estado mental expresso é uma conexão *interna* e não externa. Assim na frase “eu estou na expectativa que p”, só (p) satisfaz a expectativa, o que não quer dizer que a sua simples descrição corresponda ao sentido dessa frase expressiva (PR 29). “A expectativa (*Erwartung*) não é externamente descrita através da apresentação do objecto da expectativa, tal como a fome o é pela apresentação do alimento que a acalma”.

toda a nossa imagem de um sujeito *qua* agente, como toda a concepção de uma racionalidade prática.

Uma metodologia introspeccionista que procura um querer puro defende que o olhar interior captará essa raiz, isso mesmo que resta entre eu erguer o braço e o facto do meu braço se erguer (cf. *IF* 621). Nesse caso “concebe-se o sujeito volitivo como algo destituído de massa (destituído de inércia); como um motor que em si próprio não tem que vencer a resistência da inércia. Logo que apenas se move, mas não é movido (...)” (*IF* 618). O processo introspeccionista capta numa única mirada do sujeito para o interior de si mesmo essa volição pura, a qual é afinal também puro agir. O sujeito assim metafisicamente entendido é um *fazer que* “parece, em si próprio, não ter qualquer volume de experiência. Parece um ponto sem extensão, a ponta de uma agulha. É esta agulha que parece ser realmente o agente e os acontecimentos do mundo fenomenal apenas a consequência deste fazer. «Eu faço» parece ter um sentido determinado, independente de toda a experiência” (*IF* 620). Para o introspeccionista, a experiência é completamente separável da experiência lingüística. Essa vontade, de que ele fala como um puro querer/agir, será a causa da experiência: o que, por exemplo, terá produzido a minha experiência de andar foi um querer antes do acto de andar.

O introspeccionista (que não corresponde aqui a uma escola filosófica determinada, mas é simplesmente o praticante de uma descrição particular dos actos volitivos e da sua relação à experiência) possui todas as razões para defender a autoridade da 1ª pessoa e aliás vê-se a si próprio como o garante maior dessa irreduzibilidade do eu. Mas, como referimos atrás, é de uma *reflexão sobre o uso da linguagem*, mais precisamente das expressões lingüísticas na 1ª pessoa de que aqui se trata e nesse sentido uma investigação gramatical, tal como é levada a cabo por Wittgenstein, torna manifesta a ilusão das pretensões da introspecção. O querer ou fazer puros captados pela introspecção exigem que se possa afirmar, por um lado, que “eu quero mas o meu corpo não me obedece” e, por outro, que se imagine que é possível afirmar com sentido, “eu quero não-querer”. O introspeccionismo pretende ser possível captar um querer puro, independente de qualquer comportamento lingüístico ou outro. Dir-se-á mais correctamente que

“o querer, se não é uma espécie de desejar, tem de ser a própria acção. Não pode parar diante da acção”, ao que Wittgenstein responde que efectivamente “se é acção, então o é no sentido usual do termo; logo, falar, escrever, ir, levantar uma coisa. Mas também: tentar, experimentar, esforçar-se para falar, para escrever, para levantar uma coisa, para imaginar uma coisa, etc.” (IF 615).

A reflexão acerca desta gramática das expressões volitivas parece, à primeira vista, confirmar aquilo que o introspeccionista pretende, isto é, isolar um querer primitivo, separá-lo de toda a contaminação com a experiência. No entanto, a reflexão sobre o uso das expressões não acompanha o introspeccionismo nessa descontextualização de uma pretensa experiência volitiva pura. O que essa reflexão mostra é que se, por um lado, o querer é essencialmente acção e não simples acontecer (digo que ergo o meu braço, por contraste com a situação em que digo que o meu braço se ergue), por outro lado, eu não consigo dizer ou descrever o que é que fica quando subtraio do facto de eu erguer o meu braço o facto do meu braço que se ergue. O que fica? Um resíduo volitivo puro? Mas como descrevê-lo? A que sensações corresponderá? A lição de Wittgenstein nas *IF*, em particular nas secções 611-632, é que a exploração de qualquer via que suponha a descrição desse resíduo volitivo é um caminho de contradições insolúveis.

Devemos assim admitir que a expressão volitiva apenas revela (mas já é muito) que falamos com propriedade quando nos referimos a acções voluntárias, ainda que não tenhamos outro remédio senão manter o silêncio quanto a um putativo querer puro metafísico que se deixa exprimir e não descrever. Não é verdade que acabamos sempre por falar das acções voluntárias em contextos apropriados de experiência e, por contraste, com outro tipo de acções, eventualmente involuntárias? Aqui, ou seja, no caso das expressões volitivas”, também cabe realizar a tal “visão panorâmica” dos jogos de linguagem. Um prisioneiro que é mandado andar no pátio da prisão não anda voluntariamente, por contraste com as pessoas que andam na rua. Porém não se pode dizer que as suas pernas se movam involuntariamente, por contraste com os movimentos de um sonâmbulo ou de alguém sob o efeito de uma droga. A evidência do seu andar voluntário é, diríamos, uma *evidência ponderável*, isto é, uma evidência obtida num contexto espe-

cífico, por contraste com contextos mais alargados. Mas esses contrastes apenas são possíveis porque relativamente às minhas acções há sempre a possibilidade de dois olhares assimétricos: o meu próprio e o de uma outra pessoa. Deve acrescentar-se que o meu próprio olhar apenas será um “olhar interno” se assentar numa expressão lingüística volitiva, o que desde logo afasta o olhar introspeccionista, o qual reclama prescindir de uma interferência crucial da linguagem.

Voltando ao nosso tópico central, o da natureza da autoridade da 1ª pessoa, não cabe dúvida que eu posso predizer as minhas acções com uma segurança que o outro não pode. Como lembra Wittgenstein, “duas observações, no entanto são importantes: que a outra pessoa, em muitos casos, não seja capaz de prever as minhas acções, enquanto eu as prevejo na minha intenção; e que a minha predição (*Vorhersage*) (na expressão verbal da minha intenção) não repousa na mesma base que a sua predição da minha acção; e as conclusões a tirar destas previsões são completamente diferentes” (*IF*, II xi 224)⁴. Se procurarmos interpretar esta diferença de fundamento com referência ao quadro apresentado, é plausível admitir-se que Wittgenstein tem em mente o facto de as predições da 3ª pessoa acerca dos meus actos se basearem em inferências indutivas, enquanto as predições da 1ª não assentam em qualquer inferência. Porém, e é esse o ponto decisivo, se essa não inferência traduz uma especial autoridade da 1ª pessoa relativamente às suas acções, essa autoridade não é introspectivamente demonstrada. Por outras palavras, não se demonstra que haja um momento de produção (t1) da vontade que se prolonga até à ocorrência de t2. Tal significaria poder descrever um momento de vontade pura como causa da acção posterior anunciada na expressão lingüística. Não vamos aqui insistir na argumentação de teor gramatical de Wittgenstein acer-

(4) Veja-se a mesma idéia que confirma a convicção de Wittgenstein relativamente ao facto da autoridade da 1ª pessoa: “Isto é certo: ele pode predizer movimentos do seu corpo que eu não posso. E predigo acções suas, mas de outra maneira” (*LWPP* I 232). E acrescenta na secção seguinte: “Será isto facto da experiência? ou: de *que* falo eu aqui? Não posso por exemplo mover o seu braço voluntariamente, como o meu. O que com isto se significa não é de explicação totalmente simples”.

ca da vontade, ou melhor, acerca do uso de expressões volitivas, que é desenvolvida entre as secções 611 e 632 das *Investigações Filosóficas*. Apenas interessa neste contexto realçar a recusa de considerar a vontade como uma espécie de primeiro motor que produz sem ser produzido, de um fazer que “parece em si próprio não ter qualquer volume de experiência”.

Por isso quando se diz (repetimo-lo) que, na expressão preditiva, a conexão entre t1 e t2 é intrínseca, não quer dizer que se funda esse carácter num conhecimento introspectivo em que a vontade pura, por assim dizer, produz num instante (t2) aquilo que a expressão lingüística anunciou. O que se pretende dizer é que é possível detectar *marcas* inequívocas da *voluntariedade* de certas acções, marcas que a exploração da assimetria das predições permitiu revelar, para além das características das assimetrias preditivas vistas anteriormente. Pelo menos duas marcas são facilmente identificadas. Em *primeiro lugar*, a expressão preditiva não assenta numa inferência, como é o caso das descrições preditivas: não digo que vou (querer) levantar a minha mão com base em experiências passadas (e se o disser estou a descrever e não a exprimir algo). Acrescenta-se, em *segundo lugar*, que na ocorrência do evento anunciado (t2) na expressão, não há lugar para a surpresa (cf. *IF* 627, 628). De facto não faz sentido manifestar surpresa pela realização da nossa própria acção voluntária, ainda que ela possa ser surpreendente para outro que a observe. Estas marcas de *assimetria perfeita*, em conjunto com as outras duas enunciadas atrás, são o índice por excelência da autoridade da 1ª pessoa. Como se viu, tais assimetrias é (constante na gramática das expressões preditivas) são as que nos permitem falar de uma relação *intrínseca* entre t1 e t2. Elas são os sinais seguros da acção voluntária e, por si só, provam a existência de sujeitos *qua* agentes humanos. Não se demonstra, no que ao sujeito humano respeita, ainda nenhuma diferença específica, racional ou outra. Em contrapartida fica provado, nas assimetrias da predição, que uma parte crucial do nosso comportamento lingüístico, respeitante ao futuro em que nos envolvemos, não faria sentido sem a suposição da acção voluntária. Está assim demonstrada uma condição essencial de uma racionalidade prática que não é separável do comportamento lingüístico.

RESUMO

Pretende-se esclarecer o significado da expressão “autoridade da 1ª pessoa” tal como tem sido discutida por alguns autores em filosofia da linguagem e da mente. Na nossa argumentação serão consideradas relevantes as posições de Donald Davidson e de Tyler Burge, nomeadamente no que respeita à valorização da assimetria entre 1ª e 3ª pessoas, enquanto condição de possibilidade da interpretação (no caso do primeiro) e no que respeita à primazia da 1ª pessoa na formação de qualquer concepção racional-prática do mundo (no caso do segundo). Mostrar-se-á que, na discussão da 1ª pessoa, o facto relevante é que esta não tem qualquer autoridade específica relativamente aos conteúdos das suas crenças, mas sim relativamente ao carácter genuíno (ou simulado) das suas formas expressivas da 1ª pessoa. A argumentação dos autores acima citados chamam a atenção para pontos relevantes do problema, no entanto é limitada no que respeita à demonstração de uma racionalidade prática. As defesas de Burge e de Davidson da autoridade da primeira pessoa são diferentes, mas têm em comum o facto de não dirigirem essa defesa para a prova da existência de sujeitos, enquanto origem de acções.

Exploramos então num outro sentido o conceito de autoridade que aqui nos ocupa, a qual passa pela descrição de uma assimetria perfeita, e a priori, das perspectivas da 1ª e 3ª pessoas. Para isso recorreremos à exploração gramatical que Wittgenstein faz de frases preditivas. Estas revelam uma assimetria irredutível entre as minhas expressões preditivas na 1ª pessoa do indicativo e outras descrições preditivas na 3ª pessoa. Dizemos também que não faz sentido manifestar surpresa pela realização da nossa própria acção e, desse modo, reconhecemos nela a marca da voluntariedade. Se aquilo a que chamamos racionalidade prática começa por exigir que nos consideremos a nós próprios como agentes ou sujeitos das nossas próprias acções, então o estudo das assimetrias da predição é uma via importante para estabelecer as bases dessa racionalidade.

ABSTRACT

The aim of this paper is to clarify the expression “first person’s authority”, as it has been discussed by some authors in philosophy of language and mind. In our argumentation we will consider the case of two authors, Donald Davidson and Tyler Burge, namely in what refers to the relevance of the first and third person asymmetry as condition of interpretation (in the case of Davidson) and in what refers to the primacy of the first person to the construction of any rational and practical understanding of the world (in the case of Tyler Burge). It will be shown that, in the discussion of the first person, the relevant fact is the absence of any particular authority in what relates to the content of its beliefs. Semantic fallibility is always an open possibility and authority of first person is not proofed by any irrefutable link between the subject and the contents of his own expressions. The argumenta-

tions of Davidson and Burge considering the first person authority are different, but both don't consider as relevant the question of the subjects as agents, that is their rational practical character.

Then we will explore in another direction the concept of authority of the first person, which requires an adequate description of a perfect and a priori asymmetry of the first and third person perspectives. This study is exemplified by the grammatical exploration of predictive statements as one can find it in Wittgenstein's philosophy. These kind of statements reveal an irreducible asymmetry between my first person predictive expressions in the present tense and other predictive statements from the third person perspective. We will defend also that it doesn't make sense to show surprise by the fulfillment our own action, in what we may recognize a sign of our will. If what we call practical rationality requires that we consider ourselves as agents or subjects our own actions, then knowledge of prediction asymmetries is an important way to establish the ground of that rationality.

Keywords: first person authority, rationality, predictive statements, Wittgenstein.

Bibliografia:

G.E.M. ANSCOMBE (1957, reimp. 1963) *Intention*, Cambridge, Ma., Harvard University Press

T. BURGE (1998) "Reason and the First Person" in *Knowing Our Own Minds* (ed. C. Wright), Oxford, Clarendon Press, pp. 243-270.

D. DAVIDSON (2000) *Subjective, Intersubjective, Objective*, Oxford, Oxford University Press.

F. DRETSKE (1997) *Naturalizing the Mind*, Cambridge, Ma., The MIT Press.

P.M.S. HACKER (1997), *Mind and Will*, Oxford, Oxford University Press.

A. MARQUES (1999) "The Status of Expression in Wittgenstein" in 22. International Wittgenstein Symposium, Kirchberg, vol.I, pp. 175- 182.

G. RYLE (1949, reimp. 1990) *The Concept of Mind*, London, Penguin Books.

J. SEARLE (2001) "Rationality and Action", *The Foundations of Cognitive Science*, ed. J. Branquinho, Oxford, Clarendon Press.

WITTGENSTEIN (1995), *Tratado Lógico-Filosófico/ Investigações Filosóficas* (2ª ed.), Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

ANTÓNIO MARQUES

——— *Philosophical Remarks* (1995), Oxford, Blackwell.

——— , *Last Writings on the Philosophy of Psychology* (1982), vol. I, Chicago, The University of Chicago Press.

ANALYTICA
volume 6
número 2
2001 • 2002